

RESENHA

Nacionalidade, raça e classe nos mundos do trabalho:

perspectivas para pensar o
antilusitanismo na Primeira República
(1889-1930)

Resenha de RIBEIRO, Gladys Sabina.
*O Rio de Janeiro dos fados, minhotos
e alfacinhas*. O antilusitanismo na
Primeira República. Niterói: EdUFF,
2017, 266p.

PAULO CRUZ TERRA

Doutor em História Social pela Universidade
Federal Fluminense (UFF) e professor do
Departamento de História e do Programa de Pós-
Graduação da mesma instituição (PPGH-UFF)
p003256@yahoo.com.br

Enquanto preparava este texto, deparei-me com a história do carioca Jhon Batalha que afirmou, em maio de 2019, ter sido constantemente chamado de “brasileiro burro, macaco, cabrão” no restaurante em que trabalhava, no Porto, no norte de Portugal (*Folha de São Paulo*, 28/05/2019). Assim como esse, muitos outros casos foram apontados pela imprensa no Brasil, sendo ressaltado que as denúncias de xenofobia feitas por brasileiros nesse país havia aumentado 150% em 2018 (*O Globo*, 28/05/2019). Do outro lado do Atlântico, só que 110 anos antes, o conferente português Abel Neves também foi chamado de burro antes de ser agredido pelo carroceiro brasileiro Luís Ferros (RIBEIRO, 2017, p. 232). Diversos episódios como esse de xenofobia, mas envolvendo portugueses como alvo, nos são apresentados no livro, objeto da presente resenha, *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas*, de Gladys Sabina Ribeiro.

A obra, publicada em 2017, reúne a pesquisa de mestrado da autora, que havia sido pensada, inicialmente, contendo duas partes: explorar e trabalhar, a mesma divisão do referido livro. A primeira, que aborda a questão do antilusitanismo nos anos compreendidos entre 1890 e 1920, foi o material defendido na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1987, sob orientação de Robert Slenes. A segunda parte, trabalhar, acabou não entrando na dissertação, e foi publicado em 1990 com o título *Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. O leitor e a leitora têm agora, portanto, a oportunidade de ler em conjunto essa investigação que foi bastante inovadora na época, e que continua sendo um estudo de suma importância. É primordial mencionar que o tema do antilusitanismo continuou como objeto de estudo da autora no seu doutorado, tendo o enfoque mudado para o Primeiro Reinado (RIBEIRO, 2002).

O prefácio escrito por Ribeiro é um belo exemplo de construção de um projeto de pesquisa aos alunos e alunas atuais, mostrando, inclusive, os vários percalços para se chegar à documentação. Aliás, a utilização da fonte principal — os processos criminais, presentes no Arquivo do Primeiro Tribunal do Júri — constitui uma grande inovação dessa investigação. Ao lado de outros historiadores da mesma geração — e destaco Sidney Chalhoub (2001), que defendeu seu mestrado em 1984 na UFF também sob a orientação de Slenes —, a busca pelos processos criminais como uma possibilidade inovadora de fonte estava atrelada às novas questões que eram formuladas.

A inspiração maior para lidar com os processos estava, segundo a autora, em E. P. Thompson. Nesse sentido, Ribeiro aponta que a criminalidade ou o crime em si não foi o objeto de sua dissertação, mas foi vista

como “uma mediação legítima para estudar os mecanismos de resistência e como muitas vezes os populares expressaram o que achavam injusto ou o que entendiam ser um limite a um determinado tipo de dominação” (RIBEIRO, 2017, p. 15). Thompson, contudo, foi além de uma inspiração para pensar os processos e, como lembrou Robert Slenes ao comentar o livro de Ribeiro na orelha deste, essa foi uma das primeiras obras, no Brasil, influenciadas pela história social inglesa da qual Thompson fazia parte, a “reconhecer o protagonismo (*agency*) do trabalhador em suas relações com outros atores sociais, protagonismo esse, enraizado na própria experiência e cultura do trabalhador”.

A inovação da pesquisa não está somente em ser uma das primeiras dedicadas à imigração portuguesa na Primeira República, sendo até hoje uma referência obrigatória sobre o assunto. Como indicou Ribeiro, o tema era pouquíssimo visitado, tendo em vista que a presença portuguesa era naturalizada, não sendo os portugueses considerados como imigrantes. Além disso, sua investigação é um exemplo do momento de transformação vivido na historiografia sobre o trabalho, no final da década de 1980, no Brasil. Como indicou Claudio Batalha, nesse momento deixou-se de privilegiar unicamente uma história do movimento operário organizado — em que se enfocava a análise dos sindicatos e partidos — para também abordar a história da classe trabalhadora, em que momentos de “luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário” (BATALHA, 1998, p. 153). Ribeiro expôs justamente que o Rio de Janeiro, do início do século XX, não se resumia aos movimentos sindicalistas e às greves, nem tampouco aos espaços elegantes, como a Rua do Ouvidor. Havia, segundo a autora, “uma outra face da história da cidade, aquela das guerras travadas nas ruas com vieses nacionais e raciais, conflitos oriundos da briga pela sobrevivência” (RIBEIRO, 2017, p. 25). Nesse sentido, os processos criminais se tornavam fontes privilegiadas para recuperar esse dia-a-dia permeado de conflitos.

As rivalidades entre brasileiros e portugueses apresentadas ao longo do livro são analisadas através do que considero como uma hipótese fundamental para entender o processo de formação da classe trabalhadora no Rio de Janeiro do período. Segundo Ribeiro, em um mercado de trabalho de oportunidades escassas e que dava preferência ao imigrante branco, o imigrante lusitano era um concorrente em potencial do brasileiro. O antilusitanismo, portanto, emergia naquele momento justamente devido às disputas nos mundos do trabalho.

Nas diversas contendidas, as questões nacionais e raciais se misturavam numa via de mão dupla. Ribeiro afirmou que o “antiportuguesismo expressava-se muitas vezes em brigas iniciadas por brasileiros *pretos* e *mulatos* contra portugueses *brancos*”. Contudo, a documentação também demonstra “com igual força os preconceitos dos lusos contra os brasileiros, principalmente se esses fossem homens ditos de *cor*” (RIBEIRO, 2017, p. 26). A análise desses conflitos aponta para duas transformações importantes nos estudos do trabalho, que se interconectam, e que hoje em dia estão mais consolidadas. Uma é pensar a classe trabalhadora não só como um corpo indiferenciado e unido, mas pontuar também as clivagens presentes (KIRK, 2004, p. 52-53). A segunda é justamente uma abordagem mais complexa e matizada da história social, em que diferentes identidades se relacionam, como classe e raça, por exemplo (CUNHA, 2002, p. 13).

A autora nos indica que as imagens sobre os imigrantes portugueses na Primeira República eram múltiplas. Tidos como inimigos por parte dos trabalhadores nacionais, eles eram vistos com bons olhos pela classe dominante. Eram, assim, representados como ordeiros e bons trabalhadores e caracterizados como morigerados. Naquele contexto, do ponto de vista ideológico, “ser branco e europeu também era ser inegavelmente mais trabalhador” (RIBEIRO, 2017, p. 23). Em um mesmo sentido, era comum a caracterização dos negros, pardos e mulatos como vadios e avessos ao trabalho (RIBEIRO, 2017, p. 39). Dessa forma, a autora defende a hipótese de que a recriação do antilusitanismo na cidade daquele período está conectada “com a resistência à imposição do assalariamento e da disciplinarização pelo trabalho, uma vez que os portugueses podiam representar o ‘protótipo do bom trabalhador’” (RIBEIRO, 2017, p. 230).

Em alguns casos, os próprios portugueses acionavam e reforçavam a imagem de bons trabalhadores. Mas nem todos se encaixavam nesse perfil, e os processos criminais indicam que muitos não foram avessos à participação política nos sindicatos e nem foram fura-greves, como apontaram autores que Ribeiro contesta, tais como Sheldon Maram (1978) e Boris Fausto (1977). Havia, portanto, um perfil multifacetado no que diz respeito à ação desses imigrantes.

Em conclusão escrita exclusivamente para a publicação atual, a autora expõe que, hoje em dia, o nacionalismo no nosso país é diferente da lusofobia, “e não mais revestido dos vários preconceitos explicitamente manifestos contra os portugueses” (RIBEIRO, 2017, p. 245). Contudo, como ela mesmo nos lembra, ainda permanece o ódio aos imigrantes de diferentes

etnias e nacionalidades. Para isso, basta lembrarmos como a questão da imigração, na sua face xenofóbica, principalmente, tem sido pauta nas eleições contemporâneas dos mais diversos países do hemisfério norte. Apesar de datar do final da década de 1980, a pesquisa que originou o livro aqui apresentado é extremamente atual ao apontar a importância de pensar como estão imbricados nos mundos do trabalho aspectos como nacionalidade, raça e classe, elementos fundamentais que podem nos auxiliar a entender melhor, por exemplo, os preconceitos enfrentados pelo carioca Jhon Batalha no Porto, como comentei no início desse texto.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Claudio H. M. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. Apresentação. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura**. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT, 2002.
- FAUSTO, Boris. **Trabalho Urbano e conflito social**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- KIRK, Neville. Cultura: costume, comercialização e classe. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Faperj/Relume Dumará, 2002.
- _____. **O Rio de Janeiro dos fados, minhos e alfacinhas. O antilusitanismo na Primeira República**. Niterói: EdUFF, 2017.

Recebido em: 06/06/2019

Aprovado em: 04/07/2019

José Maurício Arruti
Maria Regina Celestino de Almeida
Ana Paula da Silva
Barbara Coelho Barbosa da Cunha
Bruno Nogueira Guimarães
Andréa Sobral
Ricardo Ventura Santos
Marden Barbosa de Campos
Marcos Damasceno
Vinicius Pereira dos Santos
Camila Bevilaqua
Maicon Fecher
Elizabeth Pissolato
Isabel Cristina Leite
Luciana Pucu Wollmann
Samuel Silva Rodrigues de Oliveira
Dulce Pandolfi
Maria Cláudia Badan Ribeiro
Juliana Marques do Nascimento
Luciana Alem Gennari
Caroline Amorim Gil
Marcos de Brito Montero Marinho

O concurso de **Monografia do Arquivo da Cidade/Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos**

— uma iniciativa que vem ocorrendo regularmente desde 2006 — tem por finalidade selecionar um estudo cujo tema central seja o Rio de Janeiro. Esse pode estar centrado no passado da cidade, com uma abordagem mais historiográfica, ou tratando de traços da história mais recente, fornecendo análises e discussões sobre o Rio Contemporâneo.

De caráter anual, o concurso prevê a inscrição de trabalhos nas áreas de História, Geografia, Antropologia, Arquitetura, Urbanismo, Saúde e Cultura em geral, desde que entre as fontes consultadas figurem documentos iconográficos, manuscritos ou impressos pertencentes ao acervo do Arquivo da Cidade.

Para participar, basta acessar o link: **www.rio.rj.gov.br/arquivo** do Concurso de Monografia Arquivo da Cidade/Prêmio Afonso Carlos Marques dos Santos. Lá você confere o edital.

wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj

